

UMA ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DE SEGURANÇA À LUZ DAS TEORIAS REALISTAS E LIBERAIS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AN ANALYSIS OF THE SECURITY DESIGN IN THE LIGHT OF THE REALISTIC AND LIBERAL THEORIES OF INTERNATIONAL RELATIONS

Aline Chianca Dantas¹

RESUMO

Este trabalho busca analisar a concepção de segurança dentro das Relações Internacionais, através das Teorias Realistas e Liberais, levando em consideração seus principais expoentes, com intuito de discutir o limiar entre ambas as correntes supracitadas. Nesse sentido, inicialmente é feito um breve debate sobre o conceito de segurança, objetivando introduzir a discussão teórica em torno do vocábulo. Em seguida, são estudadas as formas de interpretação das Teorias Realistas das Relações Internacionais da concepção de segurança, desde o realismo clássico até chegar ao realismo neoclássico. Em outro momento, observa-se a percepção de segurança para as Teorias Liberais das Relações Internacionais, do liberalismo kantiano ao neoinstitucionalismo liberal. Por fim, é feita uma breve abordagem comparativa entre as concepções de segurança liberais e realistas, com finalidade de demonstrar as diferenças, mas, principalmente, as aproximações entre as duas correntes teóricas, enquanto instrumentos de análise das Relações Internacionais.

PALAVRAS-CHAVE:

Segurança. Realismo. Liberalismo.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze the design of security within International Relations through the Realistic and Liberal Theories, taking into account its main exponents in order to discuss the threshold between the two chains above. Therefore, it initiates a brief discussion on the concept of security, aiming to introduce the theoretical discussion around the word. Then it studies the forms of interpretation of the security concept by the Realistic Theories of International Relations, from the classical realism to the neoclassical realism. At another time, it observes the perception of security for the Liberal

¹ Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba. Graduada em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Advogada. Email: alinechiancadantas@gmail.com.

Theories of International Relations, from Kantian liberalism to liberal neo-institutionalism. Finally, a brief comparative analysis is made among the liberal and the realistic conceptions of security, aiming to demonstrate the differences, but mostly, the similarities between the two theoretical schools, as instruments of analysis of international relations.

KEYWORDS:

Security. Realism. Liberalism.

1. Introdução

Este trabalho tem o intuito de realizar um debate teórico em torno da concepção de segurança à luz das Teorias Realistas e Liberais das Relações Internacionais. Dessa forma, busca-se analisar como o conceito de segurança concebe diferentes preocupações para grupos distintos em contextos variados. Nesse sentido, inicialmente, discute-se brevemente o que são os estudos de segurança e o que se pode entender por segurança.

Em seguida, utilizando-se de questões fundamentais para se compreender a percepção de segurança por cada corrente teórica, serão usadas de maneira indireta, ao longo do trabalho, as seguintes perguntas: o que é segurança, para quem é a segurança, o que conta como uma questão de segurança e como a segurança pode ser alcançada.

Assim, o segundo momento do trabalho consta como a análise da concepção de segurança dentro da corrente realista, por meio das perguntas acima, passando por suas diversas abordagens, quais sejam, realismo clássico, neorealismo, realismo estrutural defensivo, realismo estrutural ofensivo, realismo da ascensão e queda e realismo neoclássico.

Posteriormente, utiliza-se o mesmo método de análise acima, mas para a compreensão de segurança à luz da corrente liberal, diante das suas diferentes visões, que são: liberalismo kantiano, liberalismo comercial, tese da paz democrática e neoinstitucionalismo liberal.

Após esse delineamento, realiza-se uma comparação entre as duas correntes teóricas, com fulcro de observar as proximidades e disparidades de interpretação da concepção de segurança. Nesse ponto, leva-se em consideração a crítica de David Baldwin (1993: 10) sobre o antagonismo relacional que existe entre as teorias liberais e realistas, quando, na verdade, existem pontos de conexão, inclusive, podendo permitir a compreensão dessas correntes como complementares.

Portanto, no tocante à segurança percebe-se como a corrente liberal, de uma maneira geral, retrata a ideia do individual e do âmbito doméstico como referenciais importantes para a percepção de segurança, enquanto os realistas, genericamente, ressaltam a segurança como relacionada à figura do estado ou

da estrutura internacional. Por isso, a possibilidade de poder ligar essas duas abordagens rumo a uma compreensão de segurança mais abrangente parece pertinente. Acrescenta-se ainda que, além de poderem ser complementares, essas correntes apresentam abordagens que, mesmo tendo premissas distintas, possuem elementos comuns de partida, tornando o limiar entre a corrente liberal e a realista na análise de segurança ainda mais tênue.

2. Conceito de segurança

De início, é pertinente referendar que o vocábulo segurança possui significados distintos para diferentes pessoas. Também merece atenção o fato de que a segurança é inegavelmente política, em virtude de definir os ganhos na política mundial (WILLIAMS, 2008:1). Nesse sentido, a segurança é uma ferramenta política relevante focando a atenção em itens prioritários que compõem a agenda de segurança de um país (WILLIAMS, 2008: 2).

A primeira pergunta que precisa ser analisada é: o que são os estudos de segurança? Os estudos de segurança como área de conhecimento acadêmico são vistos como relativamente recentes e como uma invenção anglo-americana ligada ao pós 2ª Guerra Mundial. (ibidem, p. 2) O realismo, de maneira geral, pensa a segurança em termos de estados, estratégia, ciência, poder e *status quo*. Existem, porém, outras abordagens, como a de Buzan, que ilustra distintas concepções de segurança, a saber, militar, política, econômica, social e ambiental. Além desses enfoques da compreensão de segurança, é interessante pontuar também as dimensões de gênero. (WILLIAMS, 2008: 3-4)

A segunda discussão a ser problematizada aqui gira em torno do que se pode entender por segurança. Segundo Williams (2008:5), segurança é a redução de ameaças aos valores estimados e estes serão analisados *a posteriori* de maneira mais pormenorizada em relação às teorias liberais e realistas. Ademais, o referido autor faz uma separação conceitual entre sobrevivência e segurança, pois esta é uma habilidade para conseguir ambições políticas e sociais prioritárias, enquanto aquela é uma condição existencial (WILLIAMS, 2008: 6). Assim, numa concepção realista generalista, pode-se dizer que a segurança seria a busca pela sobrevivência estatal em meio à anarquia internacional.

É extremamente ilustrativo retratar o que Williams delinea em torno das perspectivas filosóficas de segurança. Para ele, existe um grupo que enxerga segurança como acumulação de poder e estes seriam os realistas; por outro lado, existe outra percepção de segurança que não está relacionada à habilidade de exercer poder frente aos demais, mas sim, à ideia de cooperação para alcançar a segurança sem privar os outros dela, estando esse pensamento em consonância com o liberalismo (WILLIAMS, 2008:6).

Cabe ainda analisar a pergunta: segurança para quem? As respostas para esse questionamento seriam: Estados, indivíduos, sociedades e planeta (WILLIAMS, 2008:7). Esse ponto é fundamental para se perceber as nuances das concepções teóricas realistas e liberais, pois de maneira generalista, pode-se dizer que o realismo está ligado às análises de segurança estatais, enquanto os liberais estão voltados para uma percepção individual e societal de segurança.

É plausível também pontuar outra indagação: o que é uma questão de segurança? Essa discussão consiste no processo de formação da agenda de segurança (WILLIAMS, 2008:8). Nesse diapasão, existem aqueles que acreditam que os analistas de segurança devem focar seus esforços nos problemas relacionados a conflitos armados, medo e uso da força (WALT e BROWN *apud* WILLIAMS, 2008: 9), essa linha de raciocínio coaduna-se com as ideias realistas. Já outros analistas, pensam na segurança como processo de alívio dos medos mais sérios e imediatos que previnem as pessoas de alcançar seus valores estimados (WILLIAMS, 2008: 9), nessa visão existe uma preocupação mais liberal, por estar primando pelo elemento individual.

A última ponderação a ser feita relaciona-se com o fato de como a segurança pode ser alcançada. Nesse momento, pode-se pensar em ações políticas estatais, de organizações governamentais e não governamentais (WILLIAMS, 2008:9-10), estando o primeiro tipo mais próximo do realismo e os demais do liberalismo.

Diante do exposto, este trabalho tenta mostrar as percepções de segurança e insegurança para as teorias realistas e liberais das Relações Internacionais, sobressaltando as preocupações apontadas nas perguntas acima, buscando tecer um debate mais crítico dessas abordagens teóricas no tocante à concepção de segurança.

3. Realismo

As grandes causas de insegurança para os realistas giram em torno de poder, medo e anarquia e a forma para se alcançar mais segurança seria a busca de mais poder ou, como apontam os realistas estruturais defensivos, simplesmente a manutenção do poder existente, utilizando-se da estratégia de balança de ameaças de Walt. Dessa forma, os realistas, de maneira ampla, veem o caráter das relações dos Estados como algo constante e, quando ocorre mudança, esta se dá através de padrões repetitivos. (ELMAN, 2008: 15 e 16).

Diante desse cenário realista, passa-se a analisar de maneira mais pormenorizada as variantes do realismo, que são: realismo clássico, neorealismo e as quatro versões do realismo contemporâneo, quais sejam, realismo estrutural defensivo, realismo estrutural ofensivo, realismo da ascensão e queda e realismo

neoclássico (ELMAN, 2008: 16). É imprescindível explicitar que não se busca com essa separação entre os tipos de realismos e seus representantes a simples rotulação das teorias e de seus autores, mas sim, possibilitar uma maior compreensão da segurança dentro do realismo, que não é uma corrente uníssona.

Assim, a perspectiva teórica que primeiro será debatida é o realismo clássico. A explicação realista clássica para o conflito, ou seja, da insegurança, advém do desejo de mais poder decorrente da natureza humana, fazendo com que os Estados estejam continuamente engajados na busca por ampliar suas capacidades, já que são governados por homens de Estado. Dessa forma, a ausência de um governo internacional é uma condição pessimista que permite o reinado dos diferentes interesses humanos. Então, o realismo clássico relaciona o comportamento conflituoso com as falhas humanas (ELMAN, 2008:17).

Nesse esboço, a compreensão das guerras para os realistas clássicos passa pela percepção da natureza humana conflituosa e as estratégias dos Estados são entendidas como sendo decididas racionalmente, após levar em consideração os custos e benefícios das diferentes possibilidades de ação (ELMAN, 2008: 17-18).

Assim, como aponta Cravinho (2006: 121), uma análise realista à luz dos expoentes dessa linha de pensamento clássico, que seriam Carr, Morgenthau e Niebuhr, possui dois momentos: primeiro, identifica as verdadeiras forças e linhas de poder que estão em campo num determinado contexto e, em seguida, aceita as realidades que não se podem alterar e propõe mecanismos adequados e adaptados a essas realidades.

Seguindo essas proposições, conforme delinea Morgenthau (2002: 4-28), existem seis leis fundamentais que guiam o sistema político internacional: a política é governada por leis objetivas que têm suas raízes na natureza humana, a política internacional baseia-se no interesse definido em termos de poder, o poder é considerado uma categoria universalmente válida, existe uma tensão entre a política e a moral, há uma rejeição à concepção de que leis morais governam o universo e, finalmente, a política possui autonomia frente às demais esferas.

Por conseguinte, sendo a segurança, além de uma percepção, um elemento da política, ela teria como características básicas as apontadas acima, por meio do pensamento de Morgenthau, possuindo leis objetivas, sendo uma categoria universalmente válida, fazendo com que os outros também busquem segurança por meio de uma estratégia de poder. Nesses termos, Carr (2001: 139) declara: “A busca da “segurança”, pelas potências saciadas, tem sido frequentemente motivo de flagrantes exemplos de política de poder”.

Logo, pode-se concluir que, para os realistas clássicos, a segurança está relacionada à sobrevivência humana e, conseqüentemente do Estado,

que é liderado por um homem e representativo do povo, em meio à anarquia internacional. Sendo assim, a segurança que se prima é a estatal, embora tenha como ponto de partida da análise a natureza humana, já os instrumentos utilizados para se alcançar a segurança giram em torno da busca de poder e as agendas de segurança são construídas primando pelo uso da força militar, em virtude dos medos constantes.

Outra variante do realismo é o neorealismo, este sendo compreendido em conformidade com a teoria da política internacional de Waltz, segundo a qual o sistema é composto por estrutura e unidades e a estrutura guia-se por três elementos, que são: o princípio ordenador, no caso a anarquia, a característica das unidades e a distribuição de capacidades. As duas primeiras noções são entendidas pelo referido autor como constantes e a última como variável (ELMAN, 2008:18).

Nessas condições, o neorealismo exclui a aparência interna das preferências dos Estados, tendo em vista que Waltz omite as motivações dos líderes e as características dos Estados como variáveis causais para os resultados internacionais, exceto pela mínima suposição de que os Estados buscam a sobrevivência. Assim, o comportamento dos Estados é resultado do sistema, por meio de uma competição com os demais para se alcançar a vantagem máxima e, através de tal comportamento, manterem-se dentro do sistema. Assim, a política internacional é trágica e os Estados lutam por ganhos relativos (ELMAN, 2008: 18-19).

Para Waltz (2002: 130), a segurança vai muito além da tentativa do Estado de buscar sua própria sobrevivência, pois esta é vista apenas como uma base de ação em um mundo em que a segurança dos Estados não é garantida, por isso a relevância dos ganhos relativos. Então, conforme declina o autor, a insegurança, no mínimo, advém das intenções e ações futuras dos demais atores do sistema (WALTZ, 2002:147). Dessa forma, em um sistema de autoajuda, no qual cada Estado deve buscar defender seus interesses, as considerações de segurança subordinam os ganhos econômicos ao interesse político e os gastos com defesa são improdutivos para todos, mas inevitáveis para alguns (WALTZ, 2002:150).

Assim sendo, o neorealismo de Waltz pensa a segurança estatal como decorrência do sistema anárquico, o que provoca a busca constante por ganhos relativos e a formação de balanças de poder, conforme aponta Waltz (2002: 165):

Um sistema de autoajuda (baseado no interesse próprio) é um sistema no qual aqueles que não se ajudam a si mesmos, ou os que o fazem menos eficazmente do que os outros, não conseguirão prosperar, expor-se-ão ao perigo, sofrerão. O medo dessas consequências tão indesejáveis estimula os estados a comportarem-se de formas que tendem para a criação de balanças de poder.

A próxima perspectiva teórica a ser trabalhada é o realismo estrutural defensivo. Este sugere que os estados buscam segurança em um sistema anárquico e o maior medo ao bem estar deles vem de outros estados. Contudo, diferente dos neorrealistas, os realistas estruturais defensivos veem o comportamento dos Estados como uma escolha racional e não como um produto do sistema. (ELMAN, 2008: 20)

Além disso, os realistas estruturais defensivos combinam a racionalidade com a balança de ofensa-defesa, que favorece a defesa, e afirmam que os estados devem suportar o *status quo*. Nesse sentido, o balanceamento é a resposta apropriada para as concentrações de poder ameaçadoras (ELMAN, 2008: 21).

Desse modo, Walt elabora a teoria da balança de ameaças, segundo a qual os Estados buscam formar alianças para se protegerem em meio à anarquia, assim, a conduta desses atores é determinada pelas ameaças percebidas e o poder é apenas um dos elementos desse cálculo. Logo, os Estados estimam as ameaças dos outros Estados através dos poderes relativos deles, além de outros fatores, como, proximidade, intenções e balança de ofensa-defesa (ELMAN, 2008: 21).

Ademais, os Estados, para os realistas defensivos, podem buscar a quantidade apropriada de poder e não todo o poder que existe (ELMAN, 2008: 22). No tocante a essa estratégia de controle da busca de poder, Van Evera (1998:61) acrescenta que os ganhos relativos entre duas partes podem trazer grandes riscos para a segurança de ambos. Ainda, segundo o mesmo autor, a dominação ofensiva intensifica a corrida armamentista, enquanto a dominação defensiva a ameniza (VAN EVERA, 1998: 62).

O grande problema que pode ser encontrado nessa teoria é que os passos tomados pelos Estados na preservação do *status quo* são ambíguos e frequentemente indistinguíveis das preparações para a ofensa. (ELMAN, 2008: 22).

Afinal, conclui-se que a segurança numa perspectiva realista estrutural defensiva significa o comportamento racional dos Estados dentro de um sistema anárquico para amenizar os medos dos demais Estados, utilizando-se especialmente de uma política defensiva, baseada no balanceamento enquanto estratégia apropriada para lidar com concentrações de poder ameaçadoras e manter o *status quo*.

Igualmente, cabe tratar do realismo estrutural ofensivo, que possui como seu grande expoente Mearsheimer. Aqui, a proposta é que os Estados lidam com um ambiente internacional em que qualquer Estado pode usar a força para defender o outro e as capacidades relativas possuem importância redobrada. Por conseguinte, o máximo que o Estado pode esperar é se tornar uma hegemonia regional (ELMAN, 2008:22).

As suposições de Mearsheimer são que o sistema internacional é anárquico, os grandes poderes inerentemente possuem capacidade militar ofensiva e podem se destruir, os Estados podem nunca ter certeza sobre as intenções dos outros e a sobrevivência é o objetivo principal para os grandes poderes, que são atores racionais (ELMAN, 2008: 22).

É interessante ressaltar que a maximização de poder aqui não é necessariamente autodestrutiva e os Estados podem racionalmente buscar a hegemonia regional. Nesse cenário, Mearsheimer explicita diferentes tipos de poderes, a saber, o poder continental, visando buscar a hegemonia regional, o poder insular, que é a situação do Estado cercado de águas e único grande poder em uma larga extensão aquática, o qual vai balancear contra os poderes emergentes em vez de buscar tornar-se um poder regional e, finalmente, o poder regional, que será mantido através do *status quo* buscado pelo Estado visando sustentar a favorável distribuição de capacidades (ELMAN, 2008: 23).

Como resultado dessas premissas, Mearsheimer (1995: 7) afirma que as instituições têm mínima influência sobre o comportamento do Estado e, pelo contrário, este é que as torna variáveis dependentes de seus interesses. Por causa disso, as instituições não são o caminho para se alcançar a segurança, esta, de maneira díspar, estaria vinculada à maximização de poder, por intermédio das capacidades militares ofensivas e de ações estratégicas, em meio à anarquia, visando à sobrevivência do Estado (MEARSHEIMER, 1995: 10-11).

Em resumo, a segurança para os realistas estruturais ofensivos está focada também na figura do Estado e consiste na busca constante do maior poder possível em relação aos outros, em virtude do receio de ser ofendido.

Junto às perspectivas já analisadas há também a do realismo da ascensão e queda, relacionado com o pensamento de Gilpin. Segundo o autor, as regras do sistema internacional são determinadas pelo Estado líder e as relações internacionais continuam sendo uma contínua busca por riqueza e poder entre atores independentes em uma situação de anarquia. Nesse diapasão, as guerras seriam causadas pelas diferentes taxas de crescimento dos Estados dentro de um sistema de liderança. Essa ideia fica mais clara quando se pensa nas fases de poder que Organski estipula: poder potencial, poder de crescimento transitório e poder maduro (ELMAN, 2008:24-25).

A conclusão a que se chega é que a segurança para o realismo de ascensão e queda está relacionada com a busca de poder e riqueza entre atores independentes em um Estado de anarquia, visando à liderança do sistema.

Por fim, observa-se como o realismo neoclássico compreende a concepção de segurança, pensando inicialmente suas premissas. Uma vez que essa variante teórica acredita que as preferências domésticas influenciam nas preferências

dos Estados, a unidade interna reflete na estratégia externa dos atores e, por conseguinte, a percepção de segurança vem, precipuamente, do interno para o externo. Assim, por exemplo, as ações dos Estados de sub-balancear quando deveriam efetivamente balancear os medos agressores é um problema constante nas relações internacionais (ELMAN, 2008: 25-26).

Em síntese, a segurança para os neoclássicos é a preocupação com as características dos Estados e as visões dos líderes de como o poder pode ser usado para influenciar a estrutura e o comportamento dos atores do sistema.

4. Liberalismo

Nesse momento, passa-se ao estudo das vertentes liberais para perceber as concepções de segurança que estão no seu entorno. Antes, é importante esclarecer que a corrente liberal, de maneira ampla, compreende por segurança a busca da liberdade individual, do mercado e da associação pacífica e voluntária da sociedade civil (EBELING *apud* NAVARI, 2008:29).

Diante dessa visão inicial, discutir-se-á o liberalismo por meio das seguintes vertentes: liberalismo kantiano, liberalismo comercial, tese da paz democrática e institucionalismo neoliberal (NAVARI, 2008:30).

Assim, o liberalismo tradicional ou kantiano percebe a segurança como um estado de paz positiva a se alcançar através do governo republicano e das leis, que são tidas como imperativos categóricos, contudo, aqui a segurança coletiva é valorizada em detrimento da simples segurança estatal. Seria pensar na criação de uma federação com Estados livres, na busca por uma paz coletiva na intenção de formar uma comunidade cosmopolita (NAVARI, 2008:30-31).

Para ratificar o delineado acima, Kant (2008:31) pontua:

Povos, como Estados, podem ser considerados como homens individuais que, em seu estado de natureza (isto é, na independência das leis exteriores), já se lesam por estarem um ao lado do outro e no qual cada um, em vista de sua segurança, pode e deve exigir do outro entrar com ele em uma constituição similar à civil, em que cada um pode ficar seguro de seu direito. Isso seria uma liga de povos, que, contudo, não seria nenhum Estado de povos.

Em seguida, o segundo tipo de liberalismo a ser debatido é o comercial. Essa vertente preceitua que acordos comerciais são geralmente a forma menos custosa de acumular riqueza em comparação com a guerra, as sanções e outros meios coercitivos (MORAVCSIK *apud* NAVARI, 2008: 32). Segundo essa corrente, a competição de mercado não é conflito, mas antes uma cooperação pacífica (NAVARI, 2008: 33). Então, se as pessoas se tornarem liberais e perceberem que a liberdade econômica melhor serve aos seus interesses, a soberania nacional não vai mais gerar conflito

nem guerra (MISES *apud* NAVARI, 2008: 34). Observa-se, assim, que, para o liberalismo comercial, a segurança estatal é possível através dos estreitamentos dos laços comerciais entre os países até se alcançar o estágio da liberdade econômica.

Segundo Thomas Friedman, os países que aderiram à entrada do grupo McDonald's, tornaram-se países McDonald's e as pessoas nesses países não querem lutar mais guerras, elas preferem esperar na fila por hambúrgueres (NAVARI, 2008: 35). Nesses termos, Gartzke aponta que a liberdade econômica é cinquenta vezes mais efetiva que a democracia na redução do conflito (NAVARI, 2008:35).

Passando agora a tecer alguns comentários sobre a tese da paz democrática tem-se que Estados liberais não lutam guerras contra outros Estados liberais, pois as práticas liberais criaram um processo cooperativo entre os Estados (DOYLE *apud* NAVARI, 2008: 36). De acordo com o argumento liberal, os Estados que seguem essa vertente confiam uns nos outros e esperam resolver os conflitos por intermédio de discussões e negociações (NAVARI, 2008:37).

Essa análise inicial de Doyle possibilitou três variantes, uma afirma que as democracias são mais pacíficas que as não democracias, a outra prega que os Estados liberais não são necessariamente mais pacíficos que os não liberais, mas que eles evitam o uso da força em relação a outras democracias e a última visão declara que as democracias liberais talvez sejam ainda mais resistentes no uso da força que as não democráticas, em parte pela natureza das guerras democráticas e, em outra, pelo fato de as democracias liberais serem geralmente Estados fortes e muito ricos (NAVARI, 2008: 37).

Portanto, a partir do ponto de vista dos defensores da tese da paz democrática, a segurança depende do encorajamento das instituições democráticas e a política de segurança ao longo prazo deve objetivar difundir o liberalismo (NAVARI, 2008:37).

É pertinente explicitar que os preceitos tanto do liberalismo comercial quanto da tese da paz democrática já podiam ser extraídos dos escritos de Kant (2008: 26 e 53), pois para ele as repúblicas eram mais pacíficas entre si, por isso a possibilidade de se alcançar a paz perpétua e o espírito comercial era um elemento que não subsistia junto com a guerra. No entanto, Kant sempre pensava na perspectiva da segurança dos povos, enquanto as duas teorias supracitadas tratam da segurança dos Estados.

A última teoria liberal a ser discutida é o institucionalismo neoliberal, que delineia que as instituições internacionais são capazes de mitigar a trapaça e, conseqüentemente, o conflito, possibilitando cooperações duradouras. Os neoliberais acreditam que os jogos entre os Estados são repetitivos o que distorce a visão realista do Dilema do Prisioneiro, na qual a tendência é a não cooperação (AXEROLD e KEOHANE, 1993).

Nesse sentido, é possível a formação de regimes de segurança, diferentemente do que preceituam os realistas de uma maneira geral. Assim sendo, Jervis (1982: 176-177) declina que o regime de segurança é possível desde que as grandes potências queiram que ele seja estabelecido, os atores acreditem que os outros compartilham o valor que eles colocam na segurança mútua e na cooperação, pois, não adianta os poderes principais objetivarem a manutenção do *status quo*, se um ou mais atores acreditarem que a segurança é mais fácil de ser alcançada pelo expansionismo. Ainda, a formação do regime tem que levar em consideração que a guerra e a busca por ganhos individuais são custosos.

Dessa maneira, para os neoliberais, a segurança seria possível dentro de um ambiente anárquico desde que os Estados buscassem a cooperação através das instituições e da formação dos regimes internacionais.

5. Comparação da concepção de segurança entre as análises realistas e liberais

Diante da análise de segurança realizada dentro das concepções realistas e liberais, passa-se nesse momento para uma breve comparação entre elas. Inicialmente, é interessante perceber, apesar das distinções entre as abordagens realistas e liberais, as proximidades dos elementos e pontos de partida para se compreender a segurança.

Assim, os realistas clássicos, por exemplo, utilizam-se da natureza humana para elaborar sua teoria, fato que os aproxima do liberalismo kantiano que trabalha a partir da esfera individual, contudo, os realistas clássicos partem do pressuposto hobbesiano de que os indivíduos vivem uma luta constante pela sobrevivência e, transpassando isso para o meio internacional, observa-se que o mesmo ocorre com os Estados, que são dirigidos por homens. Aqui, visualiza-se que, embora os elementos da análise teórica realista e liberal estejam próximos, as consequências dos delineamentos teóricos são distintas e o realismo clássico acaba visando à segurança estatal, enquanto o liberalismo kantiano prega a segurança individual e dos povos.

Por outro lado, falando da tese da paz democrática, uma abordagem dentro do liberalismo, vê-se que esta vai primar pela segurança estatal e o mesmo faz o liberalismo comercial, embora sejam perspectivas liberais, decorrentes do liberalismo kantiano que, por outro viés, pensava na segurança dos indivíduos e povos, como já apontado.

Analisando agora o debate neorrealista e neoliberal, tem-se que ambas as correntes aceitam a anarquia internacional e os Estados como atores centrais, contudo, analisam os efeitos da anarquia de maneiras distintas, pois, enquanto de um lado os neorrealistas reforçam a dificuldade de cooperação, em decorrência

do medo e da desconfiança inerentes à anarquia, os neoliberais acreditam nas instituições e regimes como amenizadores da trapaça e instrumentos que levam à cooperação (GRIECO, 1993: 117; BALDWIN, 1993: 4-5). Assim, as duas correntes aqui pensadas utilizam-se de elementos semelhantes para discutir a segurança estatal, mas chegam a análises distintas e não necessariamente excludentes, pois alguns casos podem ser melhor explicados pelo neorealismo e outros pelo neoliberalismo, ou até mesmo, ambas as interpretações podem ser consideradas para um determinado caso.

O realismo neoclássico, por sua vez, assim como as correntes liberais, analisa a importância do ambiente doméstico para a preferência dos Estados. Nesse sentido, percebe-se a distinção desse pensamento dos neorealistas, que claramente tiram a relevância das unidades na determinação das escolhas e tratam como se as ações dos Estados fossem consequência do sistema. Por outro lado, é um resgate do realismo clássico que, de certa forma, trata da existência dos líderes dos Estados como homens escolhidos para guiar os países e que carregam consigo os valores falhos da natureza humana.

Ainda é interessante ressaltar que as correntes realistas estruturais defensivas e ofensivas pensam em duas perspectivas diferentes de atuação do Estado, mas, no fundo, a separação entre defesa e agressão é extremamente complexa, como pontua Norman Angell (2002, p. 261): “A necessidade da defesa provém da existência de um motivo para o ataque. As rivalidades que todos ignoram. Atenuar o motivo para a agressão equivale a fomentar o trabalho da defesa”.

Diante dos pontos de conexão entre as teorias realistas e liberais apresentados acima, passa-se a tecer algumas críticas. Primeiro, concebe-se o estreitamento existente entre a Teoria Realista e Liberal das Relações Internacionais, pois partem dos mesmos elementos de análise, sendo alguns priorizados em algumas correntes e outros não, para chegarem a teorias distintas.

Dessa forma, como aponta Baldwin (1993: 10), a abordagem entre as correntes realistas e liberais são complementares, pois, dentro de suas variações, elas focam em três níveis de análise da segurança: individual/coletivo, estatal e sistêmico. No geral, a perspectiva da segurança estatal é priorizada dentro das correntes, até mesmo no liberalismo, que, em tese, parte de uma análise focada na esfera individual.

Ademais, é ilustrativo observar que a percepção de segurança vai depender do interesse do grupo que a está problematizando ou elaborando os itens prioritários de uma agenda de segurança. Hodiernamente, por exemplo, pode-se pensar na segurança nacional como a segurança estatal disfarçada de um discurso eloquente para a conquista do povo e manutenção da coesão social, no

intuito de formar uma agenda de segurança que atenda aos interesses do Estado Cepik (2001:1).

Além disso, com as discussões aqui trabalhadas, percebe-se que não existe uma única concepção de segurança para a Teoria Liberal ou para a Teoria Realista, mas sim, várias formas de analisar os mesmos elementos do sistema, embora elas estejam dentro de uma linha dorsal geral que as fazem ser encaixadas em uma ou outra perspectiva teórica. Isso ratifica ainda mais a crítica à rivalidade existente entre ambas as abordagens teóricas, já que todas duas possuem variantes, possibilitando a percepção de que cada situação requer uma análise particular, não havendo uma corrente, seja realista ou liberal, que explique todos os pontos de vista de uma determinada questão.

Ainda, cabe delinear a crítica de determinados autores, como os teóricos críticos, à separação entre o ambiente doméstico e o internacional, pois essa análise fortalece ainda mais a aproximação entre o realismo e o liberalismo dentro das suas variadas nuances, pois abarcaria pontos de vistas diferentes da mesma questão.

Portanto, à luz de Schmidt (2005: 10-16), questionam-se os grandes debates teóricos das relações internacionais, dois dos quais estão ligados a essa separação entre o realismo e o liberalismo, que são: o primeiro e o terceiro debates. Como aponta Baldwin (1993: 10-11), a própria nomenclatura neorealismo é problemática, porque o neoliberalismo possui premissas retiradas de pontos notadamente reais e não utópicos e o neoliberalismo discute como o mundo é e não como deveria ser; então, o autor questiona o porquê de se utilizar o termo neorealismo para se contrapor a neoliberalismo como se este não estivesse analisando a realidade.

6. Considerações finais

Diante de tudo que foi exposto, busca-se questionar a análise fragmentada das teorias das Relações Internacionais, que deixam de perceber as variadas perspectivas de um caso concreto. Assim, observa-se que a segurança, à luz do debate teórico realista e liberal, não consegue ser vista como um todo de ações voltadas para a proteção das mais distintas esferas, seja individual, estatal ou sistêmica.

Este trabalho possui como intuito justamente questionar essa separação teórica e estimular análises mais abrangentes de segurança. Além disso, visa quebrar a visão rotulada e uníssona das correntes teóricas liberais e realistas, revelando que existem muitas aproximações entre elas e também divergências internas.

Conclui-se, então, com a percepção de que as abordagens realistas e liberais são complementares na análise da concepção de segurança, pois, em diferentes

contextos, ora é necessário ressaltar o âmbito doméstico, ora a esfera internacional; em determinados momentos, a segurança humana, em outros a segurança estatal ou planetária; em certas situações a cooperação será mais interessante, em outras não. Tudo depende dos atores, do sistema e das preocupações acentuadas ao longo do tempo. Em geral, observa-se que as preocupações de segurança dos Estados são priorizadas, pois esses atores são considerados como representantes dos povos, dentro de um ambiente internacional anárquico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. Brasília: Editora de Brasília, 2002, pp. 261-289.

AXEROLD, Robert and KEOHANE, Robert. Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions. In: BALDWIN, David A. (ed.). **Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate**. New York: Columbia University Press, 1993, pp. 85-115.

BALDWIN, David A. Neoliberalism, Neorealism and World Politics. In: BALDWIN, David A. (ed.). **Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate**. New York: Columbia University Press, 1993.

CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CEPIK, Marco. Segurança Nacional e Segurança humana: Problemas Conceituais e Conseqüências Políticas. In: **Security and Defense Studies Review**, V.1, Spring, 2001.

CRAVINHO, João Gomes. **Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

ELMAN, Colin. Realism. In: **Security Studies: An Introduction**. Editor: Paul D. Williams. London and New York: Routledge, 2008, pp. 15-28.

GRIECO, Joseph M. Anarchy and the Limits of Cooperation: a Realist Critique of the Newest Liberal Institutionalism. In: BALDWIN, David A. (ed). **Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate**. New York, Columbia University Press, 1993, pp.116-141.

JERVIS, Robert. Security Regimes. In: **International Organization**. Vol. 36, Nº 2, Spring 1982.

KANT, Immanuel (1724-1804). **À paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

MEARSHEIMER, John J. The False Promise of International Institutions. In: **International Security**. Vol 19, Nº 3, 1995.

MORGENTHAU, Hans. **Política entre as Nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

NAVARI, Cornelia. Liberalism. In: **Security Studies: An Introduction**. Editor: Paul D. Williams. London and New York: Routledge, 2008, pp.29-43.

SCHMIDT, Brian C. On the History and Historiography of International Relations. In: RISSE, Thomas [et al] (Eds.). **Handbook of International Relations**. London: Sage, 2005, pp. 03-22.

VAN EVERA, Stephen. Offense, Defense and the Causes of War (1998). In: **Theories of War and Peace: An International Security Reader**. Ed. BROWN, Michael E. [et al.]. England: The MIT Press, 1998.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WILLIAMS, Paul D. Security Studies: An Introduction. In: **Security Studies: An Introduction**. Editor: Paul D. Williams. London and New York: Routledge, 2008, pp. 1-12.

Recebido em abril de 2014
Aprovado em maio de 2014